



FALTOU DIZER

24 ABR 1986



CORREIO BRAZILIENSE

O "desaquecimento" e as contradições de Brasília

ALOYSIO BIONDI

Preocupado com a volta do "rombo" do Tesouro e com o aquecimento das vendas do comércio, o Governo decidiu aplicar freios à economia: vai adiar gastos de empresas estatais, implantar eventuais restrições no crédito ao consumo — e conceder incentivos, ainda em discussão, às cadernetas de poupança, como forma de conter o ímpeto "comprista" da população. Antes de mais nada, é importante que o Governo deixe claro que não se cogita de "desaquecer" a economia, mas simplesmente conter o "superaquecimento" — pois, caso contrário, o Governo pode ressuscitar a insegurança entre a classe empresarial e os próprios consumidores, criando um clima de pessimismo capaz de provocar retração nos negócios, totalmente desnecessária. Por que desnecessária? Em 1982 e 1983, o Governo brasileiro precisou aplicar freios violentos à economia, provocar uma recessão, mas havia um motivo objetivo para isso: a falta de dólares, a crise da dívida externa, que exigia uma queda no consumo, para derrubar também a produção e, conseqüentemente, também as importações de matérias-primas, pelas componentes — e inclusive petróleo. Nada disso existe, hoje. A economia, como se sabe, está "ajustada", na área externa, com grandes saldos na balança comercial (exportações menos importações), produção de petróleo em ascensão, sobra de dólares — tudo, coroado ainda pelos menores gastos com petróleo importado e pagamento de juros aos credores internacionais, já ambos, petróleo e custo do dinheiro, despencaram ao longo dos últimos meses no mercado mundial.

Os freios que o Governo anuncia para a economia, assim, tem o mero objetivo de combater a inflação e suas causas — no caso, o "rombo" do Tesouro e as conseqüentes

emissões ou aumento da dívida interna, para cobri-lo. Isso precisa ficar claro para a opinião pública, repita-se, para que não se desencadeie um processo recessivo no País.

Aplauda-se o Governo por ter reconhecido que — confirmando o alerta lançado por esta coluna há duas semanas — o "rombo" do Tesouro está de volta, e que as emissões não foram feitas apenas para atender às necessidades da economia, como ministros e assessores afirmavam. Mas questiona-se, desde já, as decisões que vêm sendo anunciadas para as diversas áreas consideradas "focos" do superaquecimento da economia, e portanto inflacionários:

Cadernetas de Poupança — Fala-se em incentivos aos aplicadores, o que se traduziria em perdão ou redução do imposto de renda. Contraditório: a médio prazo, ampliação do "rombo" do Tesouro, via perda da arrecadação. A alternativa, que Brasília vem desdenhando, seria permitir que o investidor voltasse a ter o direito de realizar saques mensais, sem perder os rendimentos de seu investimento. O cancelamento dessa vantagem, substituída pelos saques apenas trimestrais, é que afugentou investidores, que gostam de ter seu "dinheirinho" à disposição, para qualquer emergência, o que somente era possível com os saques mensais.

Restrições ao crédito ao consumidor — o objetivo, aqui, seria conter o consumo. Pura contradição: se o investidor está sendo levado a retirar dinheiro das cadernetas porque não quer sujeitar-se à trimestralidade dos saques; se o investidor está sendo expulso do mercado financeiro pelos bancos e demais instituições (que vem aceitando aplicações no **open** somente para quantias superiores a Cz\$ 20 mil ou mesmo Cz\$ 100 mil) o que é que o Governo quer que o brasileiro faça com seu dinheiro? Corra para as Bolsas? Ah, mas também aí está outra contradi-

ção de Brasília, que vem fechando os olhos ao comportamento ilegal das corretoras, que somente aceitam aplicações acima de Cz\$ 20 mil, na compra de ações. Em resumo: a "corrida ao consumo" está sendo estimulada, também, por distorções criadas ou toleradas por Brasília.

Gastos das estatais — Há muitos meses, e antes mesmo do "pacote", esta coluna mostrava que o País iria atravessar um **boom** no consumo devido ao aumento da massa salarial, crescimento das exportações (que geram renda em setores importantes) etc. Desde aquela época, preconizava-se que o Governo contivesse seus investimentos, seus gastos, seu "rombo" (a que ministros e assessores retrucavam que isso seria "recessivo"), pois a economia não precisava da demanda do setor público, já que estava devidamente sustentada pela demanda de milhões de brasileiros, e das empresas. Somente agora, com o "superaquecimento" à vista, decide-se adotar medidas nessa área, com prejuízos evidentes a setores que dependem diretamente de encomendas oficiais, e já se haviam programado para atendê-las dentro dos planos anunciados para este ano. Espera-se que, pelo menos, os "cortes" destinados a reduzir o "rombo", as emissões e a demanda sejam feitos de forma racional, bem distribuídos entre diversas áreas. Ah, sim: e os "marajás", os assessores que acumulam até seis cargos, calculados em cerca de 15 mil funcionários pelo Ministério da Administração, e que abocanharam cerca de 6% de toda a folha de pagamentos do Governo Federal, na faixa dos Cr\$ 130 trilhões antes do "pacote"? Vão continuar intocados e intocáveis, provocando rombos que empresários e milhares de trabalhadores atingidos pelos "cortes" nas encomendas oficiais vão ter que cobrir com o castigo de prejuízos ou perda de seus empregos?